

Celebramos o cinquentenário da publicação da encíclica *Populorum Progressio*. Esta efeméride tem um significado particular para as comissões Justiça e Paz, pois nesta encíclica foi anunciada a criação da estrutura que veio a dar origem ao Pontifício Conselho da Justiça e da Paz (hoje componente do Dicastério para o Serviço do Desenvolvimento Humano Integral) e, subseqüentemente, às comissões Justiça e Paz nacionais e diocesanas.

O que dizer da relevância e atualidade da *Populorum Progressio*?

Eu destacaria, antes de mais, a noção que ela apresenta de *desenvolvimento humano integral* (precisamente, o nome do referido dicastério). E que explicita como o *desenvolvimento de todos os homens e do homem todo*

. Trata-se de ir de encontro à aspiração de *realizar, conhecer e possuir mais, para ser mais*

(6) . O crescimento económico é positivo apenas quando é instrumento para ser mais. O desenvolvimento, pessoal e comunitário, é um dever que corresponde aos desígnios de Deus. E supõe a abertura ao Absoluto, porque

«o homem pode organizar a terra sem Deus, mas sem Deus só a pode organizar contra o homem»

(42).

Esta noção de desenvolvimento foi retomada e aprofundada em documentos posteriores, como a *Caritas in Veritate*, de Bento XVI, e a *Laudato Si*, de Francisco.

Hoje, continua a ser evidente como o crescimento económico não gera, por si só, o desenvolvimento humano integral. É mais nítida, hoje, a noção de que deste faz parte (como salienta com ênfase a *Laudato Si*) o equilíbrio ecológico. Mas também é bom lembrar hoje o valor do desenvolvimento humano, contra um certo ecologismo radical que parece pô-lo em causa.

Confiar cegamente nas regras do mercado (instrumento que tem as suas virtualidades) não conduz ao desenvolvimento *de todos os homens* e gera desigualdades e injustiças. Isso era evidente há cinquenta anos e hoje (quando as desigualdades se acentuaram como nunca, apesar da diminuição da pobreza absoluta) continua a sê-lo. A *Populorum Progressio*

reafirmou o princípio do destino universal dos bens, ao qual devem subordinar-se os direitos de propriedade e de comércio livre. Por isso,  
*«o supérfluo dos países ricos deve pôr-se ao serviço dos países pobres» e «a regra que existia outrora em favor dos mais próximos, deve aplicar-se hoje à totalidade dos necessitados do mundo inteiro»*  
(49).

Paulo VI resistiu, há cinquenta anos, às influências das teses da redução demográfica sem limites éticos, o que se revela hoje plenamente justificado, numa época de “inverno demográfico” e quando até o governo chinês começa a aperceber-se dos malefícios da sua política do filho único.

Atual é a referência ao diálogo de civilizações: *«Entre as civilizações, como entre as pessoas, o diálogo sincero torna-se criador de fraternidade»*  
(73).

E atual, no tempo de uma “guerra mundial aos pedaços”, a ideia marcante da encíclica: *«o desenvolvimento é o novo nome da paz»*  
(76).

Pedro Vaz Patto